

ANEXO

DECISÃO

Artigo 7.º, n.º 2 da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio¹

INFORMAÇÕES GERAIS

Ref.ª interna:

Origem:

Data de entrada:

Empresas envolvidas:

Natureza da Infracção:

Normas aplicáveis:

Regulador Sectorial:

Diligências preliminares:

DESCRIÇÃO DA PRÁTICA

1. Descrição sumária dos factos

2. Elementos probatórios disponíveis

¹ V. Linhas de Orientação sobre as Prioridades no Exercício dos Poderes Sancionatórios, relativas à aplicação do artigo 7.º da Lei n.º 19/2002, de 8 maio, aprovadas pelo Conselho da Autoridade da Concorrência em XX.XX.2012 e disponíveis em www.concorrenca.pt.

3. Enquadramento jus-concorrencial sumário dos factos

FUNDAMENTAÇÃO

4. Enquadramento nas Prioridades da Política de Concorrência²/outras situações

4.1. Objetivos a alcançar com a intervenção

5. Gravidade

5.1. Expectativa de dano

5.2. Relevância económica

5.3. Relevância do tipo de prática

² V. artigo 7.º, n.º 3 do NRJC. As Prioridades da Política de Concorrência são aprovadas, anualmente, pelo Conselho da Autoridade da Concorrência, podendo ser consultadas em www.concorrenca.pt.

6. Probabilidade de prova da existência da infração

6.1. Indicação sumária dos elementos necessários ao preenchimento do tipo de infração

6.2. Elementos probatórios disponíveis e probabilidade de obtenção dos elementos probatórios necessários

6.3. Indicação sumária das diligências de investigação consideradas necessárias e previsão temporal para a sua realização

7. Recursos

7.1. Recursos humanos necessários à realização das diligências probatórias indicadas

7.2. Recursos humanos necessários à condução do inquérito

7.3. Recursos humanos disponíveis

DECISÃO (A) – Abertura de Inquérito

*Nomeação da equipa de instrução

*Atribuição do grau de prioridade da investigação

DECISÃO (B) – Não abertura de inquérito

*Em caso de denúncia³

8. Audição do denunciante**8.1. Apreciação da Autoridade**

Lisboa, XX de XXXXXXXX de XXXX

O Conselho da Autoridade da Concorrência

³ V. artigo 8.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e Secção II.2. das Linhas de Orientação sobre a Instrução de Processos, disponíveis em www.concorrenca.pt.